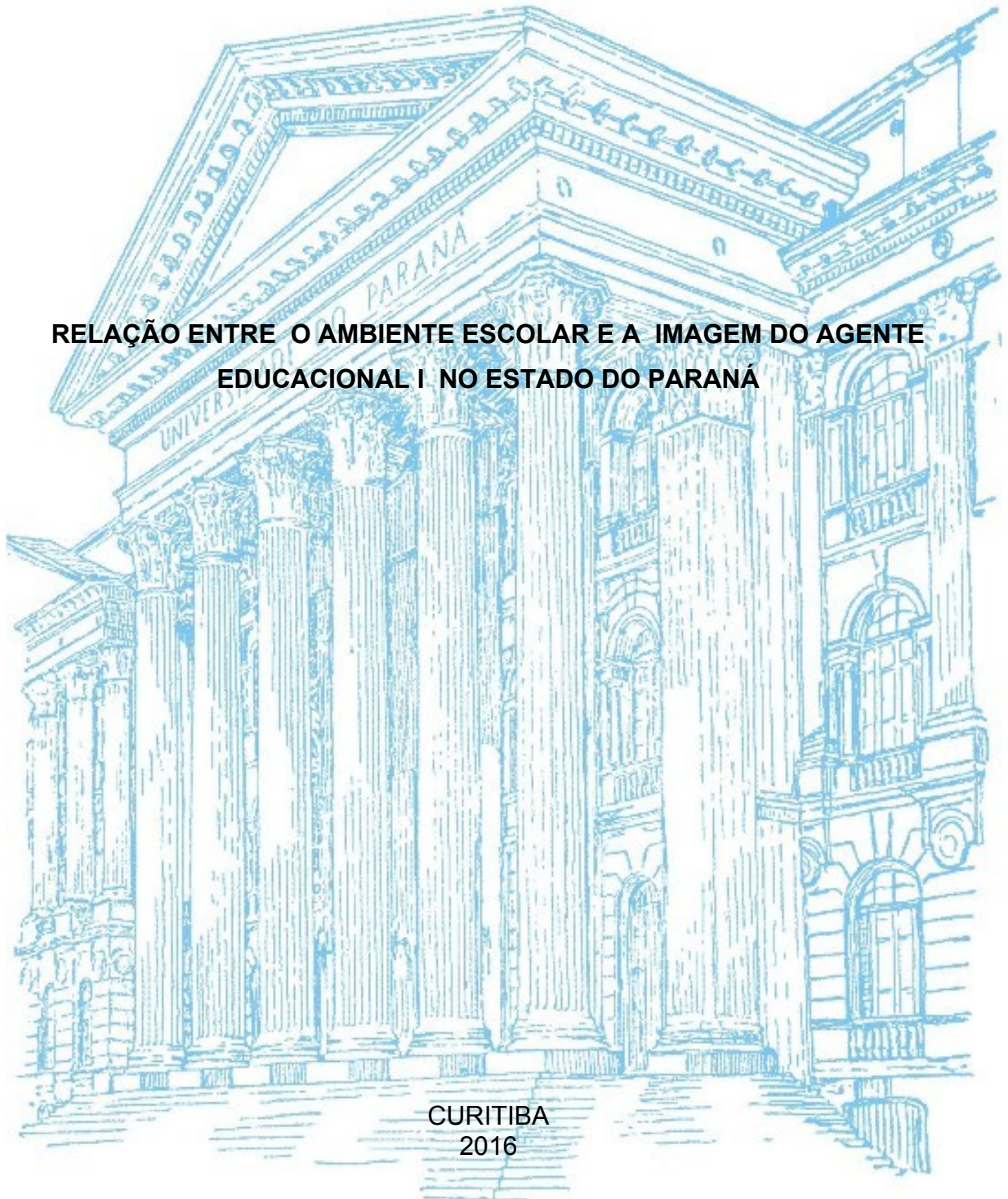


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

PATRICIA RODRIGUES SIQUEIRA

**RELAÇÃO ENTRE O AMBIENTE ESCOLAR E A IMAGEM DO AGENTE
EDUCACIONAL I NO ESTADO DO PARANÁ**



CURITIBA
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

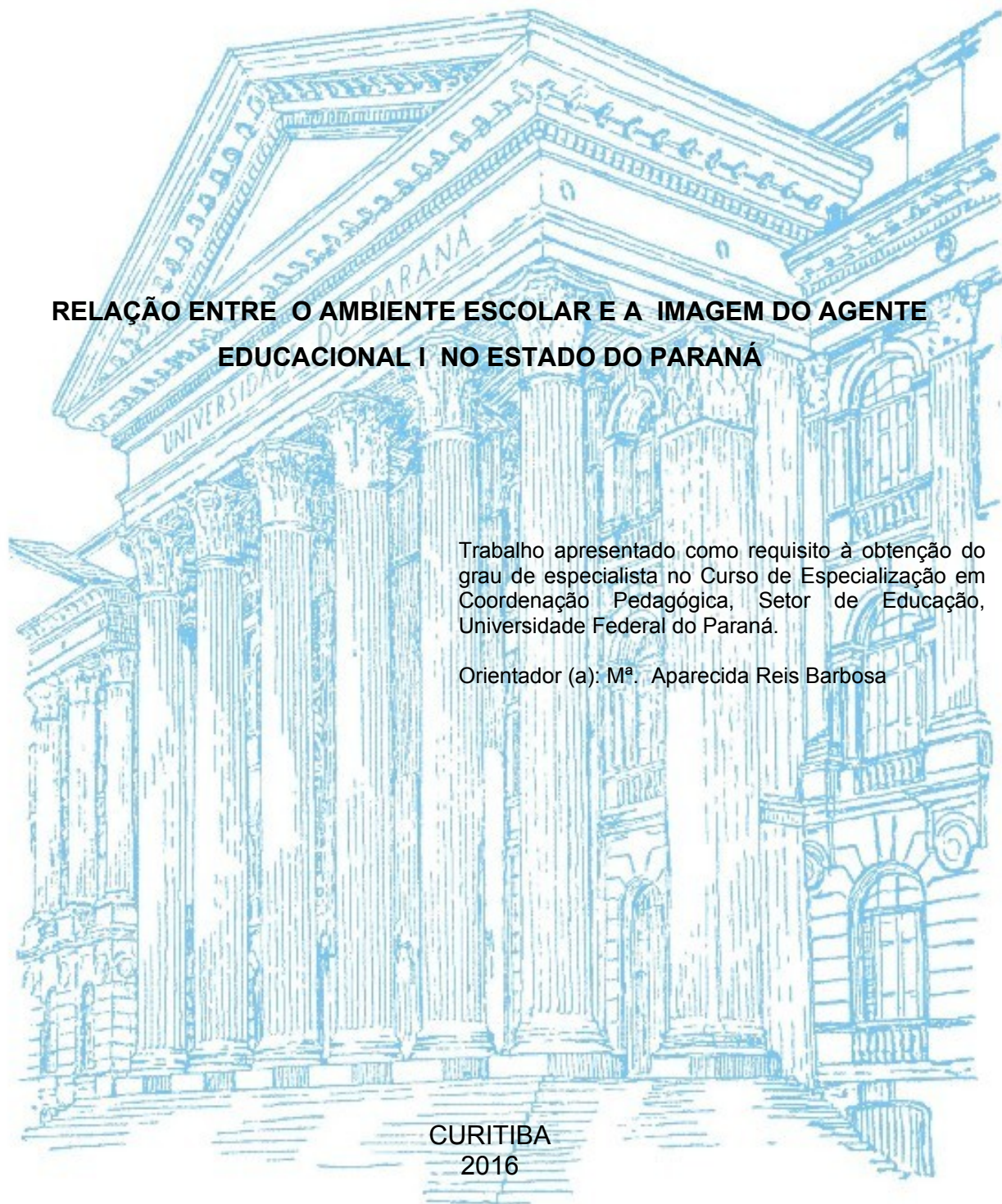
PATRICIA RODRIGUES SIQUEIRA

**RELAÇÃO ENTRE O AMBIENTE ESCOLAR E A IMAGEM DO AGENTE
EDUCACIONAL I NO ESTADO DO PARANÁ**

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): M^a. Aparecida Reis Barbosa

CURITIBA
2016



RELAÇÃO ENTRE O AMBIENTE ESCOLAR E A IMAGEM DO AGENTE EDUCACIONAL I NO ESTADO DO PARANÁ

PATRICIA RODRIGUES SIQUEIRA*

RESUMO

Este estudo investiga a relação entre o ambiente escolar e a imagem do Agente Educacional I em duas escolas estaduais do município de Paranaguá. Há princípio realizamos uma pesquisa histórica para compreender quem “é”, e como surgiu o funcionário escolar agora denominado “Agente Educacional I”, para tanto se fez necessário utilizar referências teóricas acerca das relações de trabalho e de poder estabelecidas dentro das instituições de ensino. Utilizou-se outro recurso metodológico no desenvolvimento deste trabalho, ou seja, a aplicação de questionário com 17 “Agentes Educacionais I” destas duas escolas. Ao final do trabalho foi possível perceber que a escola é um órgão vivo e que este reproduz a divisão social de trabalho presente na sociedade na qual a instituição de ensino está inserida, neste sentido evidenciou-se a hierarquização social pelo princípio meritocrático, ou seja, a estratificação social presente na organização do trabalho na sociedade capitalista faz-se presente dentro da organização do trabalho escolar, e há por parte dos Agentes Educacionais I uma legitimação desta forma de organização de trabalho e em quais aspectos o ambiente interfere nestas relações.

Palavras-chave: Valorização. Reconhecimento. Agente Educacional I. Relações no trabalho. Gestão Escolar. Educador.

*

*Artigo produzido pela aluna Patrícia Rodrigues Siqueira do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora Aparecida Barbosa. E-mail: prs_1972@hotmail.

ABSTRACT

This study investigates the relationship between the school environment and the image of the Educational Agent in two state schools in the city of Paranaguá. There is first conducted historical research to understand who "is," and how did the school official now called "Educational Agent", therefore it was necessary to use theoretical references about the work and power relations established within the educational institutions. We used another methodological resource in the development of this work, ie the questionnaire with 17 "Educational Agents I" of these two schools. At the end of the work was possible to see that the school is a living organ and that reproduces the social division of labor present in the society in which the educational institution is located, in this sense was evident social hierarchy by the meritocratic principle, namely, social stratification present in the organization of work in capitalist society is present within the school work organization, and there by the educational Agents I legitimizing this form of work organization and in which environmental aspects interfere in these relations.

Keywords: Valuation . Recognition. Educational agent I. Relations at work. School management. Educator.

INTRODUÇÃO

O termo “Agente Educacional” é utilizado no Estado do Paraná, sendo que ao “Agente Educacional II” é atribuída a secretaria escolar e ao “Agente Educacional I” os serviços de limpeza, manutenção, cozinha, o apoio administrativo e pedagógico. Neste contexto aquele que antes era conhecido como zelador ou serviços gerais, passa a partir de 9 de setembro de 2008 a ser denominado no Estado do Paraná como o “Agente Educacional I” através da Lei 123/2008, o qual é o foco deste estudo. A nova nomenclatura além de possibilitar seu avanço na carreira, foi o marco do reconhecimento do funcionário escolar como profissional da Educação, fundamentada pela alteração do artigo 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), através da Lei 12.014/09.

Contudo buscamos saber o quanto o ambiente escolar e suas múltiplas relações favorecem a imagem do Agente Educacional I como educador de fato? Como tem ocorrido essa relação de interação com os demais sujeitos dentro da escola, e sobre a ótica do próprio Agente Educacional o que ele tem percebido em relação a sua imagem?

Essas são algumas perguntas as quais procuraremos debater em busca na perspectiva de compreendermos a realidade do profissional responsável pela limpeza, merenda, conservação e infraestrutura do cotidiano escolar, em suas múltiplas relações com os demais sujeitos que compõem este espaço educacional.

Relações que de modo direto ou indireto constroem aprendizagens em sua prática, de modo formal ou informal, contribuindo para a formação ética, social, cultural e humana dos alunos no espaço escolar, ou seja, ações educadoras, evidenciando o agente de apoio escolar, na função de Agente Educacional I como educador no desempenho de suas atribuições e na interação com os alunos.

Considerando o ambiente escolar no favorecimento da imagem do Agente Educacional I, procuramos autores e obras que evidenciassem o processo histórico da formação desta função, bem como a luta desta categoria o contexto sociocultural e político. Para tanto foi necessária o levantamento de outros autores que nos trouxessem uma fundamentação sobre as relações sociais e humanas para que pudéssemos aprofundar o diálogo no que diz respeito à valorização de sua imagem e o seu reconhecimento como sujeito “também de formação”, ou seja, Educador.

2 UM POUCO DA HISTÓRIA DO FUNCIONÁRIO ESCOLAR

Registros históricos apontam o aparecimento da figura dos primeiros funcionários escolares, nos meados do século XV, no ano de 1550, nas pessoas de dois irmãos coadjutores na época jesuítica no Brasil, segundo Monlevade (2006):

Mas os primeiros funcionários estão presentes na construção e no funcionamento da primeira escola, o Colégio dos Jesuítas de Salvador, em 1550. Eles se chamavam Diogo Jácome e Vicente Rodrigues. Ali trabalhavam seis religiosos jesuítas: quatro professores e dois irmãos coadjutores. (MONLEVADE, 2006, pg.44)

Sobre a similaridade das atribuições dos irmãos coadjutores com o funcionário escolar da atualidade, Monlevade (2006) expõe uma variedade de funções exercidas por esses dois pioneiros e outros que foram se agregando aos mais diversos serviços desempenhados naquela época, algumas dessas funções que hoje são consideradas em nível técnico:

Os dois coadjutores e os que vieram depois para o Colégio dos Jesuítas de Salvador e dos outros que se seguiram, trabalhavam como cozinheiros, enfermeiros, sacristães, horticultores, bibliotecários, vaqueiros, administradores de fazendas, pilotos de navio, construtores, pintores **e em outras ocupações mais ou menos relacionadas ao processo de ensino**. (MONLEVADE, 2006, pg.44)
*Grifo do autor

Com a expulsão dos Jesuítas, datada no ano de 1759, tudo o que pertencia à Companhia dos Jesuítas foi confiscado aos cofres Reais. E julgando que os trabalhos desses auxiliares já não era importante ao processo educativo foram considerados "... desnecessários e suas funções podiam ser feitas pelo professor e pelos alunos... caem na proporção da inexistência ou servidão dos funcionários." (MONLEVADE, 2006, pg.45)

Segundo Monlevade(2006, pg.46) *somente em 1834 essa situação de inexistência começa a mudar "quando a responsabilidade de oferecer escolas passou para as províncias"* e com *"A multiplicação de escolas primárias e a construção de prédios... a que se juntaram as escolas normais ao final do Século XIX"*. Foi neste tempo em que surgiram as escolas primárias em quase todo o território brasileiro, que se achou além da contratação de professores, a necessidade de se admitir, também funcionários para as mais diversas funções no âmbito escolar sendo que:

Qualquer que fosse seu tamanho, além dos professores, era necessária a contratação de funcionários para a conservação e para as secretarias. A esses,

nos meados do século XX, juntaram-se as merendeiras...” (MONLEVADE, 2006, pg.46)

Contudo o recrutamento era feito sem nenhum critério que observasse as reais qualificações para o desempenho da função, já que as contratações eram feitas baseadas em “*relações clientelísticas, por indicação política*” (MONLEVADE, 2006, pg.47), considerando que para o desempenho desta função não haveria a necessidade de tantos conhecimentos, já que diante de uma visão meritocrática, seria a última função a ser prestigiada e de interesse social. Novas mudanças surgem, segundo Monlevade (2006):

Com o aparecimento das associações e dos sindicatos e com as novas regras legais, o modelo clientelista no serviço público entra em crise, aparecendo a prática da terceirização, dos contratos com empresas... pela regra constitucional do concurso público... (MONLEVADE, 2006, pg.47)

2.1 QUALIFICAÇÃO: BASE DA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL

Em seu livro “Funcionários das Escolas Públicas: Educadores Profissionais ou Servidores Descartáveis?”, João Monvelade nos revela a trajetória e a luta da categoria dos funcionários da escola, por valorização e reconhecimento.

Segundo Monlevade (2001):

Para as estatísticas oficiais brasileiras, os funcionários de escolas não existem... Quando se pensa em escola, vêm imediatamente à nossa cabeça seus dois atores constitutivos: professores e alunos. (MONLEVADE, pg. 19)

Como se dá essa “invisibilidade” dos sujeitos que compõe essa categoria? Qual seria a razão pela qual esses sujeitos deixam de ter sua importância no meio em que atuam possuindo relações tão concretas com os demais sujeitos que compõem o espaço escolar? Essas são apenas algumas questões fundamentais para nossa compreensão.

A conquista da identidade do funcionário escolar como “Profissional da Educação”, vem sendo traçada com muita luta no campo sócio político, contudo no campo sociocultural a luta tem sido extremamente dura.

Contudo com a alteração do artigo 61 da Lei de Diretrizes de Bases da Educação (Lei 9394/96), através da Lei 12.014/09, em seu Artigo 1º estabelece que:

“Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:
I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na

educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim. Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos:... III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. (NR)”

O mesmo texto antes da sua alteração presumia que os Profissionais da Educação eram somente os que possuíam o Magistério ou curso Superior em Licenciatura, sendo esta talvez a maior expressão da invisibilidade do funcionário escolar.

No entanto a Lei 12.014/09 foi um marco importantíssimo para o reconhecimento do funcionário escolar, viabilizando até mesmo a sua inclusão no Código Brasileiro de Ocupações (CBO).

No Estado do Paraná a Lei Complementar 123/08 do Poder Executivo, institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação da Rede Pública Estadual estabelece a nova nomenclatura dos funcionários serviços gerais para o atual “Agente Educacional I”, elencando como proposta a sua qualificação profissional em diversos cursos Técnicos atribuídos a sua área de atuação no ambiente escolar, proporcionando desta forma o seu avanço na carreira.

Art. 6º. O Agente Educacional I tem suas atribuições definidas no Anexo I desta lei, de acordo com a função a ser exercida, e poderá realizar sua qualificação profissional em uma ou mais das seguintes áreas de concentração: I - manutenção de infra-estrutura escolar e preservação do meio ambiente; II - alimentação escolar;III - interação com o educando; IV - apoio à administração escolar; V - apoio operacional... § 1º Para o ingresso no cargo de Agente Educacional I é exigido ensino fundamental completo. (BRASIL, LC 123/2008)

2.2 STATUS QUO: UMA HERANÇA HISTÓRICA OU CULTURAL?

Dentro deste contexto cultural da imagem dos funcionários das escolas públicas do Brasil, João Monlevade ressalta a visão social desses trabalhadores, tendo sua origem nos Irmãos Coadjuutores na época jesuítica do Brasil, já descritos nos parágrafos anteriores, Monlevade (2001):

...estes coadjutores, que quer dizer “auxiliares”... Eram religiosos jesuítas, que faziam voto de pobreza e obediência, mas não estudavam nem letras, nem

filosofia, nem teologia, e por isso, não eram oficialmente professores... Eram eles que produziam os bens necessários à manutenção e desenvolvimento dos colégios... Foi aí que nasceu a categoria dos funcionários da educação, agora não mais escravos, nem religiosos, mas funcionários públicos assalariados. (MONLEVADE, 2001, pg.21, 24)

De acordo com Linhares et al (2007, pg.1496) as relações reproduzidas nesta perspectiva fortalecem o status quo social, sendo que “..., a divisão social do trabalho, por sua vez irá assegurar um lugar próprio na produção para cada sujeito.” (LINHARES et al in Althusser, 1985, pg.08). Já sobre esse emponderamento Monlevade (2001, pg.28) coloca que “*Mais recentemente, os professores e funcionários continuaram a representar uns o poder, outros a submissão.*”

Nesta perspectiva fortalece a impregnação do status quo sobre a imagem do funcionário de apoio escolar, cujas as atribuições se assemelham em muito com os Irmãos Coadjuutores da época Jesuítica. Deste modo reforça o sentido de exclusão das classes menos privilegiadas em questões de formação cultural e científica, impostas pela camada social que detém o conhecimento, chamada por ele de “classe dominante”. Para Linhares (2007):

A inculcação da ideologia dominante apesar de ser aprendida, reforçada e perpetuada na escola não se origina nela. A inculcação das ideias dominantes tem, antes, origem na formação das classes sociais, no seio do próprio Estado e de seus aparelhos.(LINHARES 2007, pg. 1499)

Norbert Elias (1990) em “Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade”, nos traz um estudo de caso realizado em uma pequena cidade da Inglaterra, uma abordagem sociológica de questões de grande atualidade, tais como violência, discriminação e a exclusão social, que segundo o autor, podem “... esclarecer processos sociais de alcance geral na sociedade humana... como um grupo de pessoas é capaz de monopolizar as oportunidades de poder...” (WENNEL, 1994, in Elias, 1990, pg.13)

Sobre a legitimação das relações de poder, considera Elias (1990, pg. 23) que “*Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído.*” Elias (1990, pg.22) reforçando em seu estudo de caso sobre a manutenção do status quo que “... a exclusão e a estigmatização... eram armas poderosas” para que o grupo dominante “... preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar.”

Ainda em Elias (1990, pg.35) sobre *“A principal privação sofrida pelo grupo outsider...”*, ou seja, o grupo estigmatizado seria *“Privação de valor? De sentido? De amor-próprio e autorrespeito?”* Contudo segundo Elias (1990, pg.26) *“Os conceitos usados pelos grupos estabelecidos como meio de estigmatização podem variar, conforme as características sociais e as tradições de cada grupo.”* (Elias1990, pg.26).

Neste contexto a legitimação do status quo de um sujeito por ser vista sobre uma raiz histórica que ao seu tempo se estende de forma cultural dentro de uma sociedade com visão meritocrática, ou seja, um sistema de hierarquização que se baseia nos méritos pessoais de cada sujeito. Segundo a etimologia da palavra do latim “meritum”, que significa “mérito”, e ao sufixo grego “cracia”, poder.

Moraes (2009, pg.400) cita que *“Compreendendo a origem da sociedade brasileira, a reprodução histórica de uma cultura de dominação foi transplantada para o interior da escola, durante gerações.”*

Será esta a razão de tanta invisibilidade na pessoa do Agente de Apoio no meio escolar?

2.3 OS SUJEITOS QUE COMPÕE A ESCOLA

Para Saavedra & Sobottka (2008, pg.12) segundo a Teoria do Reconhecimento de Honneth *“No caso da valoração social, são postas em relevo as propriedades que tornam o indivíduo diferente dos demais, ou seja, as propriedades de sua singularidade.”*

A escola é uma complexa organização onde o principal intuito é a formação do indivíduo, ou seja, a sua formação sociocultural e humana. No entanto para que se efetive essa ação de educar para o mundo do trabalho e para a vida, se faz necessário o desenrolar de várias atividades que embora se pensem de forma coletiva, dentro de uma visão Democrática, originam-se de sujeitos com atribuições específicas.

Sujeitos que compõe o espaço escolar, cujo seu papel é fundamental para o desenvolvimento das demais ações que integram essa complexidade organizacional.

Começaremos pelos responsáveis pela preparação do ambiente da escola desde sua infraestrutura, limpeza, segurança e alimentação. O que seria do espaço escolar sem esses profissionais para nos preparar o meio onde estaremos parte do nosso dia? Isso mesmo o Agente Educacional I.

Com o ambiente todo preparado surgem os demais sujeitos, os profissionais da secretaria (os quais são Agentes Educacionais II), a equipe pedagógica, os professores, a direção e o público-alvo de toda esse processo, o aluno.

Contudo a função do agente de apoio não se limita somente em preparar o ambiente, mas em recepcionar, em cuidar e porque não dizer orientar sobre valores comportamentais.

Segundo Moraes (2009):

Já foi afirmado que o processo educativo é contínuo e os funcionários suprem parte das necessidades educativas dos estudantes. Não se trata daquela demanda pelo ensino formal, mas, sim, da que diz respeito aos valores, aos comportamentos e as atitudes. Cada um destes profissionais tem sua contribuição importante à formação social dos alunos. (MORAES, 2009, pg.402)

Essa “contribuição importante” do funcionário escolar vai além do ensino formal produzido pelo colegiados em sala de aula, pois está intrinsecamente ligado a formação humana do educando.

Para Moraes (2009):

Com progressiva expansão da escolarização, percebe-se que, mais do que ser instruída por professores, a população precisa ser educada por educadores, compreendendo os que têm presença permanente no ambiente escolar... Parte da educação sob responsabilidade destes profissionais precisa ser reconhecida. (MORAES, 2009, pgs.401 e 403)

É neste sentido que João Monlevade e outros autores, tem abraçado essa luta pela valorização da carreira dos funcionários das escolas públicas no Brasil, pela construção de uma nova identidade como “educadores” de fato reconhecidos e fundamentados em Lei.

Aqui entra a questão da profissionalização: os funcionários precisam não somente saber fazer o que fazem, mas sistematizar e institucionalizar suas identidades funcionais. Estamos num tempo de transição, construindo e organizando essas novas identidades, esses novos perfis. (MONLEVADE, 2006, pg.47)

3 METODOLOGIA E PESQUISA

Realizada a pesquisa para fundamentação teórica, iniciamos uma abordagem de caráter investigativo e descritivo, tendo como objeto de estudo “a relação entre o ambiente escolar e a imagem do Agente Educacional I” em duas escolas estaduais, ambas situadas no município de Paranaguá.

Desenvolvendo assim um estudo comparativo entre essas duas escolas, instigados pela problemática em que o “Ambiente escolar tem favorecido ou não a imagem do Agente Educacional I nas relações e interações de trabalho”, norteados pelas hipóteses:

Hipóteses – Que esta visão cultural reafirmada, mesmo sendo superada na prática revela que “há” ou “não” diferenças entre o status quo do Agente educacional I com os outros sujeitos da escola?

Para coletas de dados foi desenvolvido um questionário e utilizado como recurso metodológico para que assim pudéssemos registrar tanto a visão do funcionário sobre seu ambiente de trabalho, bem como suas percepções nas relações estabelecidas com os outros sujeitos da escola. Procuramos também conhecer suas concepções sobre o “ser um educador”, de forma que se fez necessário inserir no questionário breve descrição da formação educacional dos entrevistados, bem como de suas atribuições executadas em seu dia a dia.

A aplicação do questionário foi de forma coletiva e envolveu uma breve discussão sobre a dinâmica da gestão e da cultura de cada escola, ou seja, as relações entre os funcionários, professores e alunos, bem como a efetiva participação nas ações desenvolvidas em cada escola.

E sobre o ponto de vista do Agente Educacional I, trabalhamos duas variáveis:

- a) A cultura desenvolvida na escola;
- b) O que ele sente, em relação a sua imagem como Agente Educacional I;

O desenvolvimento destas questões desencadeou uma produtiva reflexão sobre as ações do “ser um educador de fato” e não apenas no “discurso” de que somos todos educadores. Foram aplicados 17 questionários no total entre as duas escolas.

Para melhor apreciação construímos um gráfico com os dados coletados nos questionários durante as entrevistas, os mesmos estão expostos a seguir.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

No Colégio “A” sobre a Gestão, os Agentes Educacionais I relataram que o modelo é “Democrático”, e que os mesmos são incentivados a participar nas Semanas Pedagógicas e nos momentos de Formação Continuada. Outro fator interessante é quanto à formação profissional dos funcionários, os quais são motivados a buscarem qualificação e capacitação profissional.

Neste sentido veem se desenvolvendo na escola uma cultura para o crescimento profissional, bem como para o avanço na carreira.

No Colégio “A” como revela a pesquisa através do gráfico os Agentes Educacionais I: 6 possuem curso Técnico do Profucionário¹; 3 atualmente participam de outros cursos Técnicos; 2 possuem uma ou mais graduações; 1 possui Pós- Graduação. Somente uma funcionária está entre 25 a 30 anos de trabalho na função, os demais possuem menos de 10 anos de serviço.

Destes: 9 funcionários entrevistados, somente 3 possuem atividades mais centradas no apoio pedagógico, ou seja: 1 executa apoio no atendimento à biblioteca da escola e 2 na inspeção de alunos, os outros estão distribuídos no preparo da merenda e nos serviços de conservação e limpeza.

Quase de forma unânime, a escola é considerada um ambiente harmonioso e agradável.

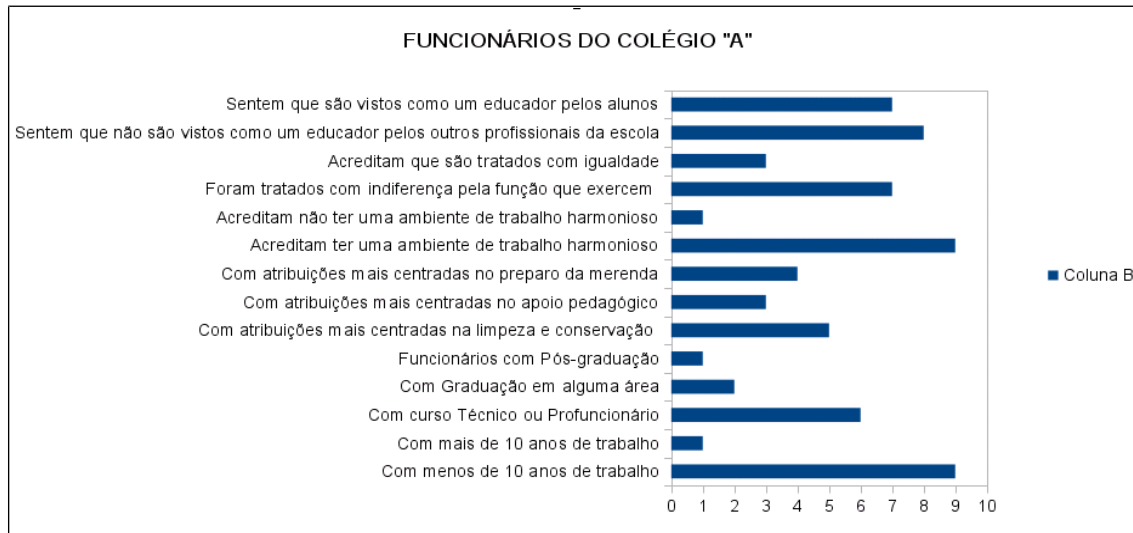
Em relação ao que sentem sobre a sua imagem como Agente Educacional I, percebem que são vistos como educadores pelos alunos, contudo não são vistos da mesma forma pelos outros profissionais que trabalham na escola, e acreditam que são tratados com indiferença pela função que exercem. Neste sentido apesar da escola ser considerada uma boa gestão e um ambiente harmonioso, sentem que não são vistos como parte do processo de ensino-aprendizagem como deveriam.

Notou-se que os funcionários que possuem suas atribuições mais centradas no apoio pedagógico, possuem uma maior qualificação em sua formação profissional, os quais se sentem tratados com igualdade em relação aos outros profissionais. Nesta escola a aplicação dos questionários e a entrevista coletiva teve a colaboração de 10 funcionários.

Segue gráfico para análise dos dados:

¹Profucionário é um programa que tem por objetivo oferecer qualificação profissional a nível técnico aos Funcionários do Quadro dos Funcionários da Educação Básica. O programa é citado na Lei Complementar 123/2008.

GRÁFICO1 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ENTREVISTA REALIZADA COM OS AGENTES EDUCACIONAIS I - COLÉGIO A



FONTE: A autora (2016)

No Colégio “B”, o modelo de Gestão, segundo os entrevistados, também é Democrático, contudo os entrevistados sentem que não há muita abertura para a participação junto às tomadas de decisão, o que neste sentido, não se efetiva a proposta de um modelo de gestão legitimamente democrática.

Todos os entrevistados possuem mais de 10 anos de serviço nesta função. Outro fator interessante é que somente 50% dos entrevistados possuem formação técnica (Profuncionário), os outros 50% possuem Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Relatam que suas atribuições estão centradas no preparo da merenda e nos serviços de conservação e limpeza, não desenvolvendo apoio à área pedagógica, os quais somente são chamados pelos outros profissionais para executar algum reparo ou limpeza.

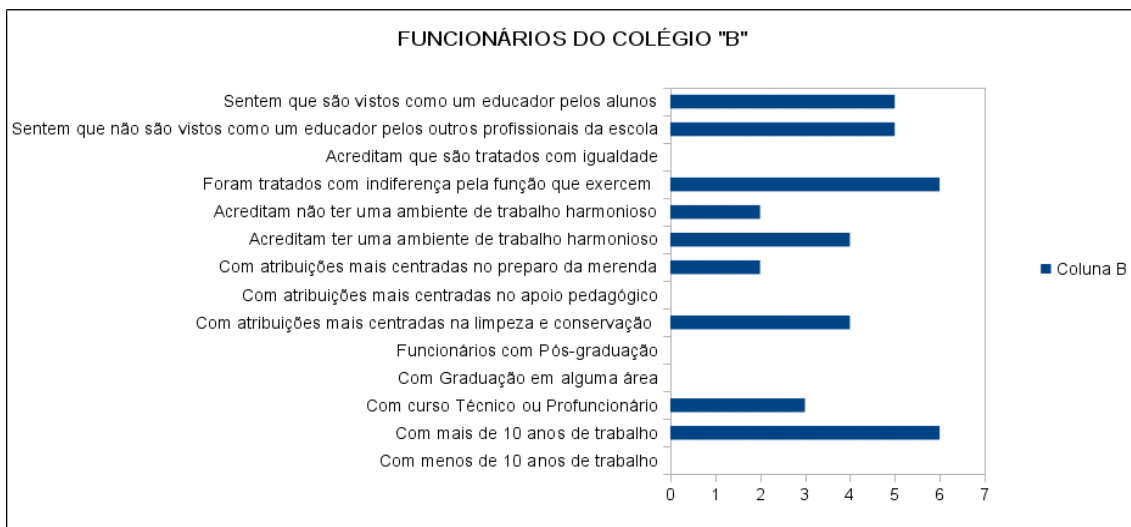
Sendo que 80%, considera que possui um ambiente de trabalho harmonioso, contudo relatam que em outros tempos foi mais agradável do que atualmente é.

Em relação ao que sentem sobre a sua imagem como Agente Educacional I, 50% percebem que são vistos como educadores pelos alunos e conseguem perceber que atuam efetivamente como educadores na formação dos alunos, contudo não são vistos da mesma forma pelos outros profissionais. Todos acreditam que foram tratados com indiferença devido função que exercem, neste contexto reforça o sentimento de

desigualdade nas relações estabelecidas na escola. Nesta escola a aplicação dos questionários e a entrevista coletiva teve a colaboração de 7 funcionários.

Segue gráfico para análise dos dados:

GRÁFICO2 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ENTREVISTA REALIZADA COM OS AGENTES EDUCACIONAIS I - COLÉGIO "B"



FONTE: A autora (2016)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados demonstraram que a construção de ambiente harmonioso e agradável no cotidiano escolar é responsabilidade de todos os sujeitos inseridos neste meio, e que este estado de harmonia tem o poder favorecer as diferentes relações ali existentes, no entanto o modo com que se articula a Gestão Escolar, pode também interferir neste estado, viabilizando ou não o sentimento de pertencimento, participatividade, compromisso e respeito entre os sujeitos.

Contudo o estudo realizado sobre desafios e demandas desta categoria de Agente Educacional I, evidencia que ainda existem marcas culturais em seu processo de construção histórica condicionada a hierarquização, expondo assim essa lógica de poder do papel que ocupa este sujeito na escola e na sociedade.

Segundo a análise das variáveis propostas nesta pesquisa sobre:

- a) A cultura desenvolvida na escola;
- b) O que ele sente em relação a sua imagem como Agente Educacional I;

Pode-se constatar nas escolas pesquisadas que visão cultural reafirmada e estabelecida por uma gestão considerada democrática, ainda há diferença entre o status quo do Agente Educacional I e os demais profissionais inseridos neste contexto, expondo desta forma a desigualdade, ou seja, a estratificação² dentro do ambiente escolar, o que acaba por favorecer esta imagem do Agente I nas relações e interações na escola.

Sendo assim esta visão meritocrática, reafirma também o estado de hierarquização, dispondo graus de importância e prestígio a aqueles que possuem maior qualificação e preparação profissional, usando como exemplo o fato dos Agentes Educacionais I do Colégio “A”, que possuem maior qualificação e realizam atividades consideradas ‘mais elaboradas’ e atuam na biblioteca, e na inspeção de alunos, estes sentem que são tratados com igualdade em relação aos outros profissionais, o que contribuem para a sua imagem como educador, no entanto os demais funcionários da mesma função, os quais possuem suas atividades centradas na limpeza, conservação e cozinha, sentem que não são vistos como educadores.

Desta forma foi possível perceber que a escola é um órgão vivo e que este reproduz a divisão social de trabalho presente na sociedade na qual a instituição de ensino está inserida, neste sentido evidenciou-se a hierarquização social pelo princípio meritocrático, ou seja, a estratificação social presente na organização do trabalho na sociedade capitalista se faz presente dentro da organização do trabalho escolar e há por parte dos Agentes Educacionais uma legitimação desta forma de organização de trabalho e em quais aspectos o ambiente interfere nestas relações.

² “as classes se estratificam de acordo com suas relações com a produção”, (WEBER, 1974, p.226).

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Lei nº 9394/96

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Funcionários de escolas : cidadãos, educadores, profissionais e gestores/elaboração: João Antônio Cabral de Monlevade. – Brasília : Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2005.

_____. Ministério da Educação. Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação: em cena, os funcionários de escola / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2004.

ELIAS, N. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade/Norbert Elias e John L. Scotson; tradução, Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Siissekind; apresentação e revisão técnica, Federico Neiburg. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000

LINHARES, L. L. Althusser: a escola como aparelho ideológico de Estado. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Anais/Educere/2007. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2007/anaisEvento/arquivos/CI-204-05.pdf>

Max Weber - Ensaio de sociologia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974, p. 211-228.

MONLEVADE, J. A. C de. História e construção da identidade Compromissos e expectativas. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 3, n. 5, p. 339-352, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

_____. Funcionários de Escolas Públicas: educadores profissionais ou servidores descartáveis? Ceilândia, DF: Idéa, 1995.

MORAES, J. V. de. A carreira e a gestão da escola Valorização e democracia. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 3, n. 5, p. 399-412, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

SAAVEDRA, G, A; Sobottka, E. A. Introdução à teoria do reconhecimento de Axel Honneth. Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 8, n. 1, jan.-abr. 2008

APÊNDICE

FORMULÁRIO DE PESQUISA



Universidade Federal do Paraná
Núcleo de Políticas Educacionais – Setor de Educação
Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

QUESTIONÁRIO

1) Há quanto tempo exerce a função de Agente Educacional I?

Resposta: _____ anos

2) Durante este tempo de trabalho na escola, você fez ou faz algum dos cursos descritos abaixo?

- Técnico Profuncionário Graduação Especialização Mestrado
 outros cursos: _____

3) Como Agente Educacional I onde está concentrada as suas atribuições diárias a maior parte do tempo?

- Na cozinha, no preparo da merenda. Na limpeza e organização do ambiente escolar.
 Na portaria, vigilância da escola. Na inspetoria dos alunos.
 No apoio as ações pedagógicas e no atendimento ao aluno. Na manutenção do prédio escolar.

4) O seu ambiente de trabalho é agradável e harmonioso?

- Às vezes. Sim, o tempo todo. No princípio não era, mas hoje é.
 No princípio era, mas hoje não é mais. Não.

5) Em relação ao Agente I, em seu ambiente de trabalho há mais conflitos entre os:

- Agentes Educacionais I. Agentes Educacionais I e II. Não há conflitos.
 Agentes Educacionais I e Professores. Agentes Educacionais I e alunos.
 Agentes Educacionais I e Equipe Pedagógica. Agentes Educacionais I e a Direção.

6) Durante a execução de suas funções, em algum momento, você já sentiu que lhe trataram como um mero serviçal, como alguém que só deve receber ordens?

- Sim, algumas vezes. Sim, muitas vezes.
 Apenas uma vez. Nunca.
 Sempre me tratam assim. Até o momento não.

7) No seu dia a dia no trabalho, você sente que é tratado diferente pela função que exerce?

- Não, pois todos são tratados com o mesmo valor.
 As vezes e somente por algumas pessoas.
 Sim, pois as outras funções são consideradas mais importantes do que a minha.

8) Educar é: transmitir saber, dar ensino e instruir. Contudo ser um educador está além das ações que se efetuam em sala de aula, pois o Educador é aquele que cuida, ensina valores, ou seja, educa para a vida. É neste sentido que nasce o discurso de que “Somos todos Educadores!”. Sendo assim como você percebe que suas ações contribuem na formação dos alunos?

9) Considerando de que todas as ações dentro de uma escola são educativas, como você percebe o olhar dos outros profissionais em relação a sua imagem enquanto educador?

- Por executar trabalhos de limpeza entre outras atribuições não sou visto da mesma forma que os professores e pedagogos, eles sim são considerados como educadores.
- Mesmo executando trabalhos de limpeza entre outras atribuições, percebo que sou visto da mesma forma que os professores e pedagogos, pois todos somos considerados como educadores.
- Sinto que muitas vezes não sou visto como educador, por eles enxergarem os que executam trabalhos de limpeza como alguém que não tem estudo, e que não é qualificado para isso.

10) Em relação ao olhar do aluno sobre a sua imagem como educador , você considera que:

- Por executar trabalhos de limpeza entre outras atribuições não sou visto pelo aluno como um educador somente “o (a) tio (a) da limpeza”.
- Mesmo executando trabalhos de limpeza entre outras atribuições, percebo que sou visto pelo aluno da mesma forma que eles consideram os professores e pedagogos como educadores.
- Sinto que as vezes não sou visto como educador, pois eles veem aqueles que executam serviços gerais como alguém que não tem estudo e que não é qualificado para isso.